

Júlia Kubitschek combate abuso sexual

Hospital da Rede Fhemig é referência no atendimento às vítimas e familiares

Referência no atendimento às vítimas de violência sexual, o Hospital Júlia Kubitschek, da Fundação Hospitalar do Estado (Fhemig), se integra a uma série de programações, em parceria com a Associação Municipal de Assistência Social (Amas) e Prefeitura de Belo Horizonte, para conscientizar a população sobre a importância da denúncia, no Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes, lembrado na última quarta-feira (18).

Para mobilizar a sociedade, foram distribuídos panfletos e flores na portaria do hospital, mobilizando, assim, a comunidade. No material, parte do texto diz: "Se você sabe ou desconfia, denuncie. Disque 100 ou procure o Conselho Tutelar. Faça bonito!". Outro número para denúncias anônimas é o Disque Direitos Humanos, do Governo do Estado: 0800 311 119.

Segundo a assistente social do Hospital Júlia Kubitschek, Juliana Helena de Faria, os casos não param de crescer, o que vem preocupando os profissionais. "A complexidade deste tipo de tratamento concentra toda uma equipe multiprofissional, com médicos, psicólogos, assistentes sociais e outros que possam ajudar neste momento, tanto a vítima quanto seus familiares".

É necessário que a vítima procure o serviço de saúde num tempo máximo de até 72 horas, ou seja, três dias. No atendimento, o paciente recebe cuidados da equipe multidisciplinar.

A procura pelos serviços de saúde garante ainda que o paciente realize uma bateria de exames para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. São realizados diversos exames laboratoriais para testes de hepatite B, sífilis, HIV, além de medicação preventiva de gravidez. O paciente recebe medicação anti-HIV e vacina antitetânica, nos casos de agressão que houve sangramento.

Notificação Compulsória

O Ministério da Saúde incluiu na Lista de Notificação Compulsória (LNC), em janeiro deste ano, os atendimentos em decorrência de violência doméstica, sexual e/ou outras violências. Os profissionais de saúde, de estabelecimentos públicos e privados, estão obrigados a notificar as secretarias municipais ou estaduais de saúde sobre qualquer atendimento realizado ou que a equipe identificar como sendo uma agressão doméstica ou sexual.

Os casos suspeitos ou confirmados devem ser registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), no prazo máximo de sete dias, a partir da data de notificação pelo disque notifica 0800 644 6645. O registro pode ser feito também pelo e-mail notifica@saude.gov.br ou diretamente pelo portal www.saude.gov.br/svs.

Os hospitais Júlia Kubitschek (HJK) e Maternidade Odete Valadares (MOV), ambos da Fhemig, juntamente com o Hospital das Clínicas e Odilon Behrens estão oficialmente listados como serviços de referência para atendimento às vítimas de crimes sexuais. A rede de referência vai acolher o paciente - oferecendo todo o suporte assistencial necessário - e encaminhar os vestígios para exame genético no Instituto de Criminalística do Instituto de Medicina Legal (IML).

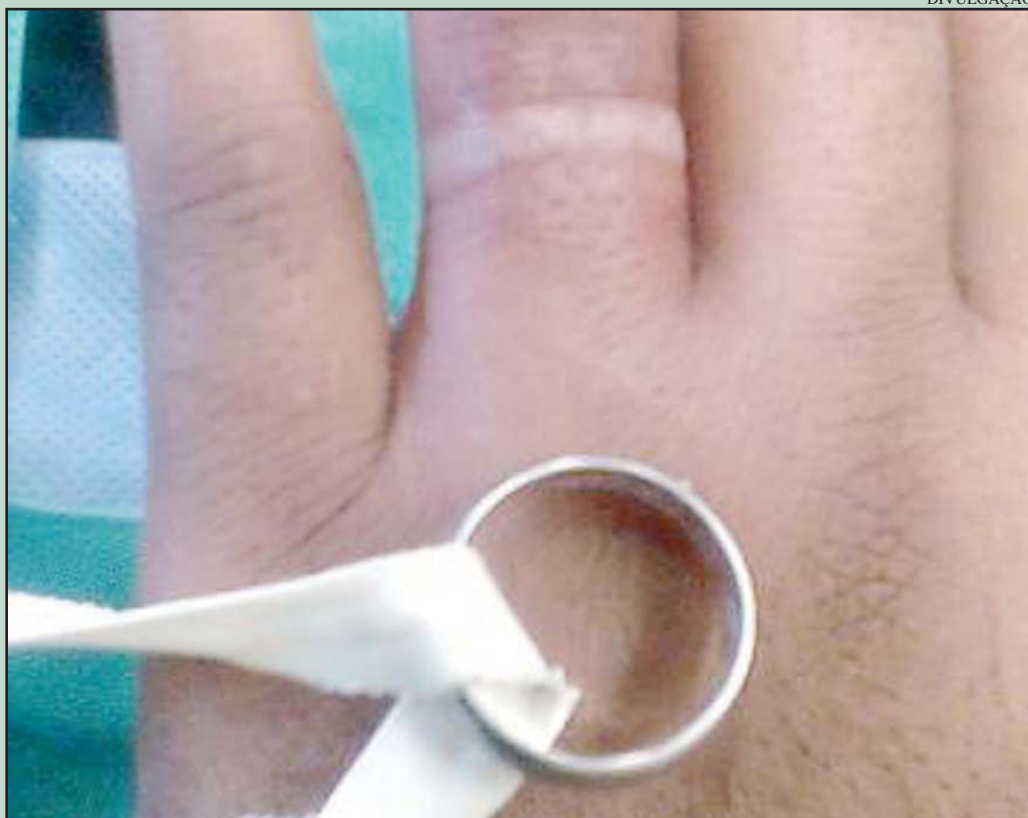
A proposta elimina a repetição do depoimento, e das lembranças da violência sofrida pela vítima, na delegacia, na unidade de saúde e no IML. A Cadeia de Custódia cumpre o Protocolo de Atuação Conjunta para Humanização no Atendimento à Vítima de Violência Sexual. É uma expressão jurídica que corresponde à capacidade de garantir a integridade de uma prova até ao final do processo de investigação forense.

Banco de DNA

O mapeamento do DNA torna-se prova irrefutável para condenação dos criminosos e é visto como nova esperança tanto para as vítimas quanto para os profissionais de saúde. "Os agressores de crimes sexuais são oportunistas. Eles atuam às escuras, e geralmente não há testemunhas do fato. Além disso, pela própria condição do trauma da vítima, torna-se difícil o reconhecimento do criminoso, que no geral é um desconhecido de quem sofre a agressão", considera o psicólogo do Serviço de Sexologia da MOV, Francisco Viana.

Outro avanço apontado pelos especialistas - além da Notificação Compulsória, e o banco de DNA - é a lei atual de estupro, que considera a violência "um ato cometido por qualquer via" contra alguém. Além disso, a pena aumenta se a vítima é protegida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelas consequências do crime, como violência física ou morte.

Com uso de fita e solução oleosa, acessório sai com mais facilidade



Hospital João XXIII inova na retirada de anéis dos dedos

Os homens usam e presenteiam as mulheres para marcar compromissos. As mulheres usam para embelezar as mãos. Joias ou bijuterias, os anéis são acessórios muito usados. Mas o uso incorreto e acidentados podem causar transtornos.

Em caso de inchaço do dedo, ocasionado por trauma e também pelo uso de anéis de tamanho inadequado, em regra, exige a retirada cortando-se o anel, com fios de aço ou esmeril. O Hospital João XXIII (HPS) da Fundação Hospitalar do Estado (Fhemig) utiliza nova técnica para tornar o processo menos doloroso. O anel é retirado com auxílio de uma fita e solução oleosa, sem que seja necessário cortar o acessório.

No HPS são atendidos cerca de 20 casos por mês, a maioria de homens jovens. O auxiliar de enfermagem do hospital, Júlio César Martins, foi quem descobriu a técnica. "É uma evolução da técnica que usávamos conhecida como fio de seda. Com a fita o processo fica menos doloroso", explica.

Passo a passo da técnica para retirada de anéis: 1º - corte uma

tira de esparadrapo de aproximadamente 20 cm de comprimento por 3 cm de largura. Se não estiver disponível o esparadrapo, utilize uma fita de pano ou ainda, aquelas utilizadas para ornamentar presentes; 2º - dobre o esparadrapo ao meio de forma que a fita fique com 1,5 cm de largura, para que a pele não tenha contato com a cola; 3º - introduza a fita entre o anel e o dedo com o auxílio de uma espátula de madeira ou outra ferramenta que não seja pontiaguda.

No 4º passo, a pessoa deve puxar a fita de modo que as duas extremidades obtenham o mesmo tamanho; 5º - lubrifique o dedo utilizando solução oleosa como óleo mineral, vaselina ou até mesmo o óleo de cozinha. Isto facilitará o deslizamento da fita sobre o anel. Por último, segure a fita, tracionando no sentido distal (ponta do dedo) girando a fita no sentido horário. Utilize o seu polegar e o indicador para empurrar o anel auxiliando a sua retirada.

Este procedimento não é indicado quando houver ferimentos, fratura ou luxação no dedo onde se localiza o anel.

Escola de Saúde Pública prepara novos cursos de qualificação

A Escola de Saúde Pública (ESP/MG) integra o grupo de escolas técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS) que participaram, no final de abril, do Seminário Nacional do Programa de Formação Profissional em Saúde (Profaps), em Brasília (DF).

O encontro debateu os aspectos da educação profissional, concepções pedagógicas e organização curricular referentes ao Profaps, dando sequência às oficinas regionais realizadas ao longo de 2010 e promovendo a discussão e alinhamento dos eixos orientadores para execução dos cursos vinculados ao programa.

O evento foi promovido pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) e pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

Em 2010, a ESP/MG participou de sete oficinas regionais, que analisaram os projetos de cursos vinculados ao Profaps, seguindo os eixos orientadores da Política de Educação (MEC) e da Política de Educação em Saúde (DEGES/SGTES/MS), tendo em vista a organização da formação de trabalhadores para o Sistema Único de Saúde (SUS) e as necessidades regionais.

Segundo Patrícia Parreiras, coordenadora do Núcleo de Gestão Pedagógica da ESP/MG um dos encaminhamentos das oficinas foi a realização desse

seminário nacional. "O evento foi fundamental para destacar a importância do trabalho em rede na estruturação dos cursos vinculados ao Profaps", explica.

"As escolas, além de protagonistas da educação técnica, têm a oportunidade de desenvolver projetos colaborativos e que beneficiam não só o profissional de saúde, mas também o usuário do SUS", afirma o diretor geral da ESP/MG, Damião Mendonça Vieira, que esteve presente no seminário, ao lado de Patrícia Parreiras; da coordenadora de educação técnica da ESP, Clarice Castilho; e de Luiza Lisboa, referência técnica do Curso de Enfermagem.

Em 2011, a ESP/MG vai executar, com recursos do programa, os cursos de Qualificação de Agente Comunitário de Saúde, com mais de 800 vagas; a qualificação de docentes para o curso Técnico de Enfermagem (complementação para profissionais que concluíram o Ensino Médio e já exercem a função de auxiliar), que será oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com cerca de 500 vagas; e Técnico em Hemoterapia (turma-piloto, com 20 profissionais da Fundação Hemominas).

A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), que também integra a RET-SUS em Minas, será responsável pelos cursos de Qualificação de Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Citopatologia.

DIVULGAÇÃO